



**PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 76/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 32/2025**

1. PREÂMBULO:

1.1. O Município de Peritiba, Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede a Rua Frei Bonifácio n. 63, Centro, Inscrito no CNPJ sob o n. 82.815.085/0001-20, e de acordo com o artigo 74, inciso I, da Lei Federal n. 14.133/2021, lança o presente Processo de Inexigibilidade de Licitação, cujo objeto é a prestação de serviços constantes do Item 3 – OBJETO, nos termos da fundamentação legal e das justificativas aduzidas.

1.2. O objeto do presente termo será realizado para a Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte de Peritiba.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA:

2.1. O Município de Peritiba formaliza a presente justificativa de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base no dispositivo da legislação brasileira que permite tal contratação por meio da inexigibilidade, conforme artigo 74, inciso I, da Lei Federal n. 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

2.2. A educação é o ápice do desenvolvimento humano, e muitos fatores envolvem essa construção, como o esporte que influencia de forma direta nos aspectos sociais e culturais. O esporte implica positivamente na formação de caráter e na qualidade de vida. Por esta razão, ações desportivas são muito importantes e precisam ser valorizadas por toda a sociedade. O exercício faz bem para o corpo, para a mente, ajuda na disciplina, aumenta a autoconfiança, além de melhorar a concentração. Na infância, o impacto mais evidente é o desenvolvimento físico, e com a prática regular de atividade física, as crianças aprimoram a coordenação motora, ganham resistência, flexibilidade e fortalecem a estrutura óssea e muscular. Contribui também para o desenvolvimento adequado dos sistemas musculoesquelético e cardiovascular, pois a prática da atividade física ajuda a fortalecer o sistema imunológico. Já a queima de calorias ajuda na prevenção e controle da obesidade. Mas, o esporte vai muito além do aspecto físico, ele proporciona diversos benefícios para o desenvolvimento emocional e social das pessoas, isso porque as atividades esportivas ensinam valores essenciais para a formação do indivíduo, como trabalho em equipe, respeito, disciplina e tolerância à derrota. Assim, através de uma competição saudável, as pessoas só têm a ganhar, seja aprendendo a lidar com desafios, superar obstáculos e celebrar conquistas, ou promovendo o crescimento emocional e a construção da autoestima. Em resumo, a prática de uma atividade esportiva é de extrema importância, independente da faixa etária do praticante, auxiliando de maneira direta e positiva, como por exemplo: melhora nosso ânimo e capacidade cognitiva, proporciona mais disposição, libera hormônios importantes para o organismo e coopera na melhora do sono. Além da saúde física, a prática de atividades ajuda também na saúde mental e na autoestima, estimulando a produção de endorfina causadoras do bom humor, alivia o nervosismo, melhora o fluxo de sangue para o



cérebro, desenvolvendo raciocínio e memória. O momento da prática auxilia também na interação e socialização com outras pessoas. Baseado no exposto acima, o Setor de Esportes do Município, visa oferecer através da prática esportiva, competições saudáveis que envolvam o maior número de pessoas possível. Uma das modalidades em questão é o Futsal, que teve início no dia 09 de março, sendo assim justificada a contratação para os serviços pertinentes ao evento, a exemplo de serviços de inscrições e arbitragens.

2.3. Diante do exposto, justifica-se a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para a CONTRATAÇÃO de acordo com o que prescreve o Art. 74, inciso I da lei n. 14.133/2021 e propõe que seja ratificada pela prefeito municipal, a Sr. PAULO JOSÉ DEITOS a presente justificativa de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

3. OBJETO:

3.1. A presente inexigibilidade de licitação tem por objeto a contratação de serviço de inscrição de equipe, inscrição de atletas e de arbitragem (Árbitro, assistentes, delegado e deslocamento) para a participação das equipes da escolhinha d futsal SUB-11 e SUB-13 do município no Campeonato da Liga Catarinense de Futsal – 2025, conforme relação a seguir:

| Item | Quant. | Und | Especificação dos Itens | R\$ Unit. | R\$ Total |
|--------------|--------|-----|---|-----------------|-----------|
| 1 | 1 | Un | Contratação de serviço de inscrição de equipe para a participação da escolinha de Futsal SUB-11 do Município no Campeonato da Liga Catarinense de Futsal-2025. | 380,00 | 380,00 |
| 2 | 15 | Un | Contratação de serviço de inscrição de atletas, para a participação da equipes da escolinha de Futsal SUB-11 do Município no Campeonato da Liga Catarinense de Futsal-2025. | 30,00 | 450,00 |
| 3 | 9 | Un | Contratação de serviço de equipe de Arbitragem, (Árbitro, Assistentes, Delegado e Deslocamento), para a participação da equipe da escolinha de Futsal SUB-11 do Município no Campeonato da Liga Catarinense de Futsal-2025. | 425,00 | 3.825,00 |
| 4 | 1 | Un | Contratação de serviço de inscrição de equipe para a participação da escolinha de Futsal SUB-13 do Município no Campeonato da Liga Catarinense de Futsal-2025. | 400,00 | 400,00 |
| 5 | 15 | Un | Contratação de serviço de inscrição de atletas, para a participação das equipes da escolinha de Futsal SUB-13 do Município no Campeonato da Liga Catarinense de Futsal-2025. | 30,00 | 450,00 |
| 6 | 9 | Un | Contratação de serviço de equipe de Arbitragem, (Árbitro, Assistentes, Delegado e Deslocamento), para a participação da equipe da escolinha de Futsal SUB-13 do Município no Campeonato da Liga Catarinense de Futsal-2025. | 450,00 | 4.050,00 |
| Total | | | | 9.555,00 | |

3.2. EXECUÇÃO DE SERVIÇOS: Os serviços deverão ser prestados conforme a tabela do Campeonato da Liga Catarinense de Futsal 2025.

4. PRAZOS E DATAS:

4.1. Os campeonatos terão início no dia 23 de março de 2025, sendo que os jogos acontecerão conforme a tabela do Campeonato da Liga Catarinense de Futsal 2025 e nos locais acordados pela liga e pelas equipes.

4.2. O preço proposto e contratado permanecerá fixo e irrevogável.



5. CONTRATADO:

5.1. **LIGA CATARINENSE DE FUTSAL**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n. 24.100.245/0001-59, com sede na Avenida Independência, n. 570, Bairro Centro, na cidade de Saudades, Santa Catarina, CEP 89.868-000.

5.2. **REPRESENTANTE LEGAL: NELSON RAMOS RODRIGUES**, portador da Carteira de Identidade n. 8.507.629 e CPF n. 451.255.030-53.

6. PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

6.1. O valor total pela prestação dos serviços, objeto do presente contrato, é de até **R\$ 9.555,00 (Nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais)**, as quais serão pagas em até 30 (trinta) dias após a prestação de serviços, contados do recebimento definitivo, da apresentação e aceitação da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão contratante.

6.2. O pagamento será efetuado, mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da contratada.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal, de acordo com a Nota de Empenho/Autorização de fornecimento, indicando o objeto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.

6.4. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 6.1, a partir da data de sua reapresentação.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente Inexigibilidade correrão à seguinte despesa Orçamentária:

Órgão Orçamentário: 8000- SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E ESPORTE
Unidade Orçamentária: 8001- SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E ESPORTE
Ação: 2.7- Manutenção da Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte
Despesa: 3.3.90.00.00- FR 0100 – Aplicações Diretas

Dados das entidades/órgãos ligados à administração municipal direta:

MUNICÍPIO DE PERITIBA

CNPJ: 82.815.085/0001-20

Rua Frei Bonifácio, n. 63, Centro / CEP: 89750-000 – Peritiba SC

8. DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. Designa os fiscais indicados no Decreto Municipal n. 99/2025 de 12 de março de 2025, sendo o servidor **IVONEI LUIZ BAYS** e no caso de seu impedimento, a servidora **CRISTIANE SALETE HOFFMANN DA COSTA** para acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da prestação dos serviços, os quais ficarão responsáveis pelo encaminhamento da autorização de pagamento junto ao setor de contabilidade do Município.

9. DA GARANTIA:

9.1. A licitante vencedora deve garantir a qualidade, eficiência e comprometimento nos serviços prestados.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO:

10.1. Para o presente processo de licitação não é permitida a subcontratação.



11. DAS AMOSTRAS:

11.1. Para o presente processo de licitação não se faz necessário o envio de amostras.

12. FORO:

12.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição administrativa, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Concórdia, Santa Catarina.

13. LEGISLAÇÃO APLICADA:

13.1. Aplica-se a este Termo de Inexigibilidade, nos casos omissos, a seguinte legislação:

13.1.1. Lei Federal n. 14.133/21 – Lei das Licitações e Contratos Administrativos;

13.1.2. Lei Federal n. 8.078/90 e suas alterações – Código de Defesa do Consumidor;

13.1.3. Lei Federal n. 10.406/02 – Código Civil;

13.1.4. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

14. ANEXOS:

14.1. Integra o presente Termo de Inexigibilidade, como se nele estivesse transcrita o termo de referência.

15. DELIBERAÇÃO:

15.1. Nada mais havendo a tratar, e tendo em vista todas as condições apresentadas retro, encerra-se o presente Termo de Inexigibilidade, sendo assinado pelo responsável da unidade requisitante e pela autoridade superior, para que produzam seus efeitos legais.

Peritiba – SC., 20 de março de 2025.

CRISTIANE SALETE HOFFMANN DA COSTA

Secretária de Cultura, Turismo e Esporte

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 32/2025



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 32/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. A presente inexigibilidade de licitação tem por objeto a contratação de serviço de inscrição de equipe, inscrição de atletas e de arbitragem (Árbitro, assistentes, delegado e deslocamento) para a participação das equipes da escolhinha de futsal SUB-11 e SUB-13 do município no Campeonato da Liga Catarinense de Futsal – 2025, conforme especificações abaixo:

| Item | Quant. | Und | Especificação dos Itens | R\$ Unit. | R\$ Total |
|--------------|--------|-----|---|-----------------|-----------|
| 1 | 1 | Un | Contratação de serviço de inscrição de equipe para a participação da escolinha de Futsal SUB-11 do Município no Campeonato da Liga Catarinense de Futsal-2025. | 380,00 | 380,00 |
| 2 | 15 | Un | Contratação de serviço de inscrição de atletas, para a participação das equipes da escolinha de Futsal SUB-11 do Município no Campeonato da Liga Catarinense de Futsal-2025. | 30,00 | 450,00 |
| 3 | 9 | Un | Contratação de serviço de equipe de Arbitragem, (Árbitro, Assistentes, Delegado e Deslocamento), para a participação da equipe da escolinha de Futsal SUB-11 do Município no Campeonato da Liga Catarinense de Futsal-2025. | 425,00 | 3.825,00 |
| 4 | 1 | Un | Contratação de serviço de inscrição de equipe para a participação da escolinha de Futsal SUB-13 do Município no Campeonato da Liga Catarinense de Futsal-2025. | 400,00 | 400,00 |
| 5 | 15 | Un | Contratação de serviço de inscrição de atletas, para a participação das equipes da escolinha de Futsal SUB-13 do Município no Campeonato da Liga Catarinense de Futsal-2025. | 30,00 | 450,00 |
| 6 | 9 | Un | Contratação de serviço de equipe de Arbitragem, (Árbitro, Assistentes, Delegado e Deslocamento), para a participação da equipe da escolinha de Futsal SUB-13 do Município no Campeonato da Liga Catarinense de Futsal-2025. | 450,00 | 4.050,00 |
| Total | | | | 9.555,00 | |

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A educação é o ápice do desenvolvimento humano, e muitos fatores envolvem essa construção, como o esporte que influencia de forma direta nos aspectos sociais e culturais. O esporte implica positivamente na formação de caráter e na qualidade de vida. Por esta razão, ações desportivas são muito importantes e precisam ser valorizadas por toda a sociedade. O exercício faz bem para o corpo, para a mente, ajuda na disciplina, aumenta a autoconfiança, além de melhorar a concentração. Na infância, o impacto mais evidente é o desenvolvimento físico, e com a prática regular de atividade física, as crianças aprimoram a coordenação motora, ganham resistência, flexibilidade e fortalecem a estrutura óssea e muscular. Contribui também para o desenvolvimento adequado dos sistemas musculoesquelético e cardiovascular, pois a prática da atividade física



ajuda a fortalecer o sistema imunológico. Já a queima de calorias ajuda na prevenção e controle da obesidade. Mas, o esporte vai muito além do aspecto físico, ele proporciona diversos benefícios para o desenvolvimento emocional e social das pessoas, isso porque as atividades esportivas ensinam valores essenciais para a formação do indivíduo, como trabalho em equipe, respeito, disciplina e tolerância à derrota. Assim, através de uma competição saudável, as pessoas só têm a ganhar, seja aprendendo a lidar com desafios, superar obstáculos e celebrar conquistas, ou promovendo o crescimento emocional e a construção da autoestima. Em resumo, a prática de uma atividade esportiva é de extrema importância, independente da faixa etária do praticante, auxiliando de maneira direta e positiva, como por exemplo: melhora nosso ânimo e capacidade cognitiva, proporciona mais disposição, libera hormônios importantes para o organismo e coopera na melhora do sono. Além da saúde física, a prática de atividades ajuda também na saúde mental e na autoestima, estimulando a produção de endorfina causadoras do bom humor, alivia o nervosismo, melhora o fluxo de sangue para o cérebro, desenvolvendo raciocínio e memória. O momento da prática auxilia também na interação e socialização com outras pessoas. Baseado no exposto acima, o Setor de Esportes do Município, visa oferecer através da prática esportiva, competições saudáveis que envolvam o maior número de pessoas possível. Uma das modalidades em questão é o Futsal, que teve início no dia 09 de março, sendo assim justificada a contratação para os serviços pertinentes ao evento, a exemplo de serviços de inscrições e arbitragens.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

3.1. Os serviços a serem prestados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e decreto n. 89/2024.

4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

- 4.1. Os serviços deverão ser prestados conforme a tabela do Campeonato da Liga Catarinense de Futsal 2025.
- 4.2. Os campeonatos terão início no dia 23 de março de 2025, sendo que os jogos acontecerão conforme a tabela do Campeonato da Liga Catarinense de Futsal 2025 e nos locais acordados pela liga e pelas equipes.
- 4.3. O preço proposto e contratado permanecerá fixo e irrevogável.
- 4.4. O objeto do presente termo será realizado para a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte.

5. VALOR ESTIMADO

- 5.1. O custo estimado total da presente contratação é de **R\$ 9.555,00 (Nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais)**.
- 5.2. O custo estimado foi apurado a partir de pesquisa de preço constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado ou mediante consulta ao Subsistema de Preços Praticados – SISPP do SIASG, conforme o caso.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 6.1. As despesas decorrentes do presente contrato integram as dotações



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

Capital Catarinense do KerbFest

orçamentárias do orçamento do MUNICÍPIO DE PERITIBA.

Órgão Orçamentário: 8000- SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E ESPORTE
Unidade Orçamentária: 8001- SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E ESPORTE
Ação: 2.7- Manutenção da Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte
Despesa: 3.3.90.00.00- FR 0100 – Aplicações Diretas

Dados das entidades/órgãos ligados à administração municipal direta:

MUNICÍPIO DE PERITIBA

CNPJ: 82.815.085/0001-20

Rua Frei Bonifácio, n. 63, Centro / CEP: 89750-000 – Peritiba SC.

7. RECEBIMENTO, CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO

7.1. Os serviços serão recebidos:

7.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

7.1.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos itens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

7.4. O pagamento efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação de serviços, contados do recebimento definitivo, da apresentação e aceitação da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão contratante.

7.4.1. O pagamento só poderá ser efetuado após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado.

7.4.2. A nota fiscal deverá estar de acordo com a Nota de Empenho/Autorização de fornecimento, indicando o serviço prestado ou objeto entregue, quantidade, preço unitário, preço total e número da autorização de fornecimento.

7.4.3. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, em conta corrente de titularidade da contratada, cujos dados (banco, agência, n. da conta), deverão ser informados pela proponente na Nota Fiscal.

7.4.3.1. Caso não seja mencionado na Nota Fiscal os dados bancários da empresa, o pagamento será por meio de boleto bancário.

7.5. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei n. 9.032/95.

7.6. Deverão estar explícitos, no que couber, nas notas fiscais ou faturas, ou em outro documento que os acompanhe, quais os valores das retenções a serem efetuadas em favor da Previdência Social, dos tributos federais e dos municipais, bem como a declaração de opção pelo Simples Nacional, conforme § 1º do Art. 31 da Lei n. 8.212/91 e IN/SRF n. 480, de 15/12/2004.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada obriga-se a:



- 8.1.1. Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.
- 8.1.2. Responder integralmente pelas obrigações contratuais em qualquer caso em que os empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.
- 8.1.3. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.
- 8.1.4. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.
- 8.1.5. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, respondendo por si e por seus sucessores.
- 8.1.6. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.
- 8.1.7. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.
- 8.1.8. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.
- 8.1.9. Recolher o ISSQN devido na base territorial da execução dos serviços.
- 8.1.10. Aceitar a fiscalização dos serviços por parte da CONTRATANTE.
- 8.1.11. Manter durante a vigência da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.1.12. Exigir dos órgãos requisitantes, a autorização de fornecimento para a efetiva liberação dos materiais solicitados.
- 8.1.13. A contratada deverá, quando requerido pela Secretaria solicitante e/ou Gestor de Contratos, apresentar Planilha de Custos de formação do preço (salário base dos colaboradores vinculados a execução dos serviços (unitário e total) bem como adicionais, benefícios, insumos, encargos trabalhistas e sociais, custos indiretos, tributos e lucros), quantidade de pessoal alocado para execução da ata de registro de preços, relação dos materiais usados na execução dos serviços, marca/modelo e quantitativo, conforme previsto no Anexo I do Edital.
- 8.1.14. A contratada obriga-se a fornecer o objeto especificado na Cláusula Primeira de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo onde, como todos os documentos da Licitação e especificados pelo MUNICÍPIO DE PERITIBA, passam a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.
- 8.1.15. A contratada se obriga a atender integralmente todas as legislações/obrigações vigentes pertinentes as atividades e/ou produtos por ela comercializados, podendo ser solicitado a qualquer tempo prova do atendimento, devendo à empresa apresentá-los em um prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação formal, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades nele previstas.
- 8.1.16. É responsabilidade exclusiva da contratada a total qualidade dos serviços prestados bem como o ressarcimento por qualquer dano proveniente direta ou indiretamente da má qualidade dos mesmos.
- 8.1.17. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou Autoridade Superior previstos no art. 137, II, da Lei n. 14.133, de 2021 e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 8.1.18. Cumprir com os prazos e horários estabelecidos.
- 8.1.19. Prestar serviços de qualidade e de acordo com a proposta apresentada.



9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A Contratante obriga-se a:

9.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

9.1.3. Comunicar à proponente vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da proponente vencedora, através de comissão/servidor especialmente designado.

9.1.5. Efetuar o pagamento à proponente vencedora no valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.1.6. Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela proponente vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da proponente vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.1.7. Observar para que, durante o fornecimento do objeto, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.8. Emitir a Solicitação e a respectiva Autorização de Fornecimento à contratada, para que proceda a efetiva entrega do objeto.

10. MEDIDAS ACAUTELADORAS

10.1. Consoante o artigo 45 da Lei n. 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Designa os fiscais indicados no Decreto Municipal n. 99/2025 de 12 de março de 2025, sendo o servidor **IVONEI LUIZ BAYS** e no caso de seu impedimento, a servidora **CRISTIANE SALETE HOFFMANN DA COSTA** para acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da prestação dos serviços, os quais ficarão responsáveis pelo encaminhamento da autorização de pagamento junto ao setor de contabilidade do Município.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os



apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133, de 2021, quais sejam:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme



normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n. 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei n. 9.784, de 1999.

12.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

13. DA GARANTIA

13.1. A licitante vencedora deve garantir a qualidade, eficiência e comprometimento nos serviços prestados.

14. DAS AMOSTRAS

14.1. Para o presente processo de licitação não é obrigatório o envio de amostras.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

16. DO TERMO DE ACEITE

16.1. Declaro, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021, que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse Processo Licitatório, acompanhando e anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que se fizer necessário à regularização



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

Capital Catarinense do KerbFest

das faltas ou defeitos para exigir seu fiel cumprimento.

Nome do fiscal titular: **IVONEI LUIZ BAYS**

Cargo/função: Superintendente de Esporte

Matrícula: 1404

Unidade: Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte

Assinatura do fiscal titular: _____

Nome do fiscal suplente: **CRISTIANE SALETE HOFFMANN DA COSTA**

Cargo/função: Secretária de Cultura, Esporte e Turismo

Matrícula: 397

Unidade: Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte

Assinatura do fiscal suplente: _____

Município de Peritiba – SC., 20 de março de 2025.

CRISTIANE SALETE HOFFMANN DA COSTA
Secretária de Cultura, Turismo e Esporte

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 32/2025